

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA

### IPREVI

#### RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO 2º SEMESTRE DE 2023

Abril de 2024

## Sumário

Sumário .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	2
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL .....	2
3. ÁREAS VERIFICADAS .....	2
4. ARRECADAÇÃO .....	2
4.1 Elaboração do Orçamento .....	3
4.1.2 Taxa de Administração .....	4
4.1.3. Créditos Adicionais .....	5
4.1.4 Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira .....	5
4.1.5 Contribuições Previdenciárias Servidores Ativos .....	6
4.1.6 Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas .....	7
4.1.7 Compensação Previdenciária .....	7
4.1.8 Parcelamento de Débitos Previdenciário .....	8
4.1.9 Remuneração dos Investimentos .....	8
4.1.10 Sentenças Judiciais .....	8
4.1.11 Outras Restituições .....	9
4.1.12 Valores recebidos a título de transferências financeiras para cobertura do déficit atuarial do Fundo Financeiro. ....	9
4.2 Despesas .....	10
4.2.1 Despesas custeadas com a Taxa de Administração .....	11
4.2.2 Despesas com Pessoal .....	12
4.2.3 Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar. ....	12
4.3 Gestão de Investimentos .....	13
4.4 Conclusão .....	15
5. CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS .....	16
5.1 Documentações Exigidas .....	16
5.2 Fiscap .....	18
5.3 Revisão de Benefícios .....	18
5.4 Comprev .....	19
5.5 Recadastramento de Beneficiário (Prova de Vida) .....	19
5.6 Arquivamento .....	20
5.7 Sistema SEI .....	20
5.8 Conclusão .....	20
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....	21
6.1 Certificado de Regularidade Fiscal .....	21
6.2 Quantitativo de Segurados .....	21
6.3 Pró-Gestão .....	22

## **INTRODUÇÃO**

A Comissão de Controle Interno do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI, nomeado pela Portaria nº 018/2014 em atendimento ao que confere as atribuições e competências desta Comissão, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo e considerando o Plano Anual de Atividades de 2023, apresenta o relatório, do período de julho a dezembro de 2023, do monitoramento e acompanhamento das áreas manualizadas e mapeadas do Instituto, que compreende Arrecadação e Concessão de Benefícios.

## **CONTEXTO INSTITUCIONAL**

O Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI, com sede na Avenida P.H. Rolfs, nº 81/301, Centro, Viçosa/MG, CNPJ: 05.665.754/0001-84, instituído pela Lei Municipal nº 1.511 de 19 de novembro de 2002 e reestruturado pela Lei Municipal nº 1.644 de 23 de dezembro de 2004. O IPREVI possui natureza como pessoa jurídica de direito público, sendo, portanto, uma autarquia municipal, integrante da administração indireta do Município de Viçosa com a finalidade de assegurar o gozo dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo no Município e garantir o plano de custeio dos Fundos. O Instituto foi instituído por segregação da massa de seus segurados em dois grupos, sendo o Fundo Financeiro composto pelos servidores admitidos anteriormente a publicação da Lei de criação e o Fundo Previdenciário composto pelos servidores admitidos posteriormente a publicação da Lei de criação do Instituto.

## **ÁREAS VERIFICADAS**

O presente relatório foi elaborado considerando o seu escopo e se baseou-se na avaliação do cumprimento dos programas e metas do Governo, orçamento, legalidade, eficácia e eficiência dos atos de gestão, verificando a conformidade e regularidade com as normas e procedimentos com ênfase nas áreas Arrecadação e Concessão de Benefícios. Os dados apresentados no presente relatório foram coletados junto às Diretorias Administrativa Financeira e Diretoria Previdenciária do IPREVI do exercício de 2023 e através dos documentos e planilhas analisadas foi possível observar que:

## **ARRECADAÇÃO**

O IPREVI sendo a Unidade Gestora da Previdência dos servidores do Município é o Órgão responsável pela arrecadação dos recursos previdenciários que consisti nas fontes de custeio para efetuar os pagamentos dos benefícios concedidos e a conceder, bem como as despesas administrativas. Com o objetivo de verificação dos procedimentos aplicados na arrecadação desses recursos foi analisado o Relatório de Arrecadação da Receita Orçamentária por Natureza, separado

por tipo de Fundo, bem como demais relatórios complementares relacionados à receita no exercício de 2023.

#### 4.1 Elaboração do Orçamento

A LOA, para o exercício financeiro de 2023, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº. 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria nº 163/01 Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da **Lei Municipal n.º 3.002 de 27 de dezembro de 2022**.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes neste Instituto e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão das contribuições patronais e dos servidores;
- A expansão do número de segurados;
- As alterações na remuneração dos segurados;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- As demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A fixação da reserva orçamentária;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Instituto foi, portanto, estimada em R\$ 21.125.000,00) e a despesa foi fixada em R\$ 48.992.000,00, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1

<b>LEI ORÇAMENTÁRIA -EXERCÍCIO DE 2023</b>			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
<b>Receitas Correntes</b>	21.125.000,00	<b>Despesas Correntes</b>	40.580.000,00
Receitas de Capital	0,00	<b>Despesas de Capital</b>	487.000,00
Repasse a Receber	0,00	<b>Reserva orçamentária do RPPS</b>	7.925.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.840.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>48.992.000,00</b>

A proposta orçamentária do Instituto foi apresentada com desequilíbrio decorrente da insuficiência financeiras do Fundo Financeiro devido às receitas não serem suficientes para arcar com despesas do Plano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 2

2023					
FUNDO	DR	RECEITAS	DR	DESPEASAS	DIFERENÇA
FP	800	R\$ 9.750.000,00	800	R\$ 9.750.000,00	R\$ 0,00
	802	R\$ 1.530.000,00	802	R\$ 1.530.000,00	R\$ 0,00
FF	801	R\$ 8.645.000,00	801	R\$ 36.512.000,00	-R\$ 27.867.000,00
	802	R\$ 1.200.000,00	802	R\$ 1.200.000,00	R\$ 0,00
-	-	<b>R\$ 21.125.000,00</b>	-	<b>R\$ 48.992.000,00</b>	<b>-R\$ 27.867.000,00</b>

A diferença estimada apresentada na LOA do exercício de 2023 é repassada ao Instituto pelo Poder Executivo – Administração Direta e Indireta e pelo Poder Legislativo de acordo com o levantamento mensal das receitas e despesas previdenciárias de cada Órgão. O quadro a seguir demonstra a estimativa de repasse por Órgão Municipal que apresenta déficit financeiro.

Quadro 3

PREVISÃO	
PMV	R\$ 24.330.000,00
SAAE	R\$ 3.207.000,00
CÂMARA	R\$ 330.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 27.867.000,00</b>

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentam insuficiências financeiras, portanto, não apresentam programação de transferência financeira para cobertura da insuficiência financeira.

#### 4.1.2 Taxa de Administração

Quadro 04

TÍTULOS		PERÍODO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	LIMITE MÁXIMO PERMITIDO
2022	Base de Cálculo: Valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao IPREVI, referente ao exercício financeiro anterior (A)	01/01/2022 a 08/03/2022	16.990.132,57	2%	339.802,65
		09/03/2022 a 31/12/2022	81.147.909,20	2,3% + 20% = 2,76%	2.239.682,30
		Total	98.138.041,77	-	2.579.484,95
2023	Valor máximo para gastos com a taxa de administração		R\$ 2.579.484,95		
	Despesas Administrativas		R\$ 2.348.802,35		
	Percentual de Gastos com a Taxa de Administração		2,39%		

Conforme determinado no art. 84, da Portaria MPT nº 1.467 de 02/06/2022 e art. 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.996/2022 observa-se que o limite máximo da taxa de administração é de 2,3%, sendo majorada em 20% em razão do Instituto estar em processo de Certificação Institucional – Pró Gestão. Para definir o limite dos gastos com a taxa de administração aplica-se os percentuais sobre o total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativamente ao exercício financeiro anterior.

#### 4.1.3. Créditos Adicionais

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal do Brasil e respeitam o limite autorizado na Lei Municipal nº 3.002 de 27 de dezembro de 2022 – Lei Orçamentária Anual e alteração pela Lei Nº 3.043 de outubro de 2023 que é até o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do montante no orçamento, que totaliza R\$ 19.596.800,00. Os créditos adicionais atingiram o valor de R\$ 832.000,00 que representa 1,69% do limite autorizado. Ressalta-se que os créditos adicionais abertos foram regulamentados por Decreto Executivo. O valor suplementado foi obtido através das seguintes fontes de recursos: por superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 248.000,00 e por anulação de dotações do próprio Instituto o valor de R\$ 584.000,00.

Quadro 5

CRÉDITOS ADICIONAIS		
BASE DE CÁLCULO	CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS	CRÉDITOS ADICIONAIS REALIZADOS
R\$ 48.992.000,00	R\$ 14.697.600,00	R\$ 832.000,00
<b>100,00%</b>	<b>30,00%</b>	<b>1,69%</b>

Ressalta-se que os créditos adicionais abertos foram regulamentados por Decreto Executivo, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 6

DATA	Nº DECRETO	SUPLEMENTAR	FONTE DE RECURSO
16/01/2023	5850	R\$ 248.000,00	SUPERÁVIT FINANCEIRO
19/05/2023	5886	R\$ 20.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
18/07/2023	5907	R\$ 60.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES
20/11/2023	5962	R\$ 504.000,00	ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES

#### 4.1.4 Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Foram feitas retenções, quando necessárias, as quais foram registradas como receita extra orçamentária e o produto repassado ao Órgão competente;
- As aplicações financeiras foram efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e os rendimentos positivos foram registrados como Variação Patrimonial Aumentativas e os rendimentos negativos foram registrados como Variação Patrimonial Negativa e os resgates efetuados com lucros foram lançados como receita orçamentária patrimonial;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir as metas mensais de arrecadação, onde pode ser observado o valor realizado em relação ao valor previsto.

Quadro 7

MÊS	META MENSAL ARRECADAÇÃO	RECEITA REALIZADA	%
JANEIRO	R\$ 2.859.900,00	R\$ 2.078.878,14	72,69%
FEVEREIRO	R\$ 1.548.600,00	R\$ 776.241,38	50,13%
MARÇO	R\$ 1.564.600,00	R\$ 2.873.483,23	183,66%
ABRIL	R\$ 1.584.600,00	R\$ 2.185.214,63	137,90%
MAIO	R\$ 1.601.600,00	R\$ 1.667.957,69	104,14%
JUNHO	R\$ 1.626.600,00	R\$ 1.194.947,17	73,46%
JULHO	R\$ 1.638.700,00	R\$ 2.102.056,04	128,28%
AGOSTO	R\$ 1.658.700,00	R\$ 1.417.965,32	85,49%
SETEMBRO	R\$ 1.688.900,00	R\$ 1.912.169,95	113,22%
OUTUBRO	R\$ 1.704.900,00	R\$ 2.725.633,61	159,87%
NOVEMBRO	R\$ 1.723.200,00	R\$ 1.684.829,76	97,77%
DEZEMBRO	R\$ 1.924.700,00	R\$ 948.090,34	49,26%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21.125.000,00</b>	<b>R\$ 21.567.467,26</b>	<b>102,09%</b>

As metas de arrecadação foram distribuídas com base na média de arrecadação mensal dos exercícios anteriores. As receitas arrecadadas atingiram 102,09% da previsão realizada para o exercício de 2023. Dessa forma, pode ser constatado que o planejamento foi acertado em relação ao que de fato arrecadou-se.

#### 4.1.5 Contribuições Previdenciárias Servidores Ativos

O relatório de Arrecadação de Receita Orçamentária por Natureza demonstra-se que houve repasse da contribuição servidor e contribuição patronal normal e suplementar por partes dos Órgãos envolvidos no processo – PMV, SAAE, IMAS, CMV e IPREVI.

Os lançamentos de arrecadação foram efetuados na data de recebimento das receitas e registrados de acordo com número de controle de identificação da previsão da receita.

Considerando que o vencimento das competências de dezembro e 13º salário de 2022 ocorrem no dia 20 de janeiro de 2023, observa-se que alguns Órgãos fizeram o pagamento destas em 2023, acontece que as contribuições previdenciárias da competência de novembro de 2022 dos servidores lotados na PMV, vinculados ao Fundo Previdenciário foram recolhidas também em 2023.

Ressalta-se que as contribuições previdenciárias, do período analisado, dos servidores vinculados ao Fundo Financeiro foram arrecadadas no prazo legal estabelecido, porém às contribuições do Fundo Previdenciário tiveram atrasos em seus recolhimentos nas competências de janeiro e fevereiro, entretanto constatou-se que as contribuições em atrasos foram atualizadas pelo Instituto em conformidade com a Lei Municipal nº 2.366/2014. Os valores correspondentes às multas e juros foram registrados em receitas específicas de multas e juros.

Conclui-se que ocorreu a arrecadação de todas as contribuições previdenciárias dos servidores efetivos com o recolhimento previsto para o exercício de 2023, inclusive os acréscimos legais originados dos recolhimentos em atraso.

Segue abaixo a tabela da execução das receitas supracitadas:

Quadro 08

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	%
Contribuição Servidor - Ativos	R\$ 7.280.000,00	R\$ 6.738.097,59	92,56
Contribuição Servidor - Ativo - Multas e Juros	R\$ 50.000,00	R\$ 24.403,45	48,81
Contribuição Patronal - Ativos	R\$ 11.370.000,00	R\$ 10.538.343,65	92,69
Contribuição Patronal - Ativos - Multas e Juros	R\$ 80.000,00	R\$ 37.746,59	47,18

#### 4.1.6 Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas

A contribuição do servidor dos aposentados e pensionistas é calculada sobre a parcela que ultrapassa o teto do RGPS, sob a alíquota de 14% e deduzido no pagamento dos proventos de aposentaria e pensão. Para efetuar a conferência foi utilizado o relatório de Detalhamento da Contribuição Previdenciária como documento complementar para análise e constatado que os valores lançados no Sistema de Contabilidade condizem com os valores deduzidos na Folha de Pagamento.

A tabela abaixo demonstra o valor arrecadado no exercício de 2023.

Quadro 09

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	%
Contribuição Servidor - Inativo	R\$ 230.000,00	R\$ 232.588,44	101,13
Contribuição Servidor - Pensionistas	R\$ 10.000,00	R\$ 4.939,64	49,40

#### 4.1.7 Compensação Previdenciária

Conforme demonstrado no Relatório de Arrecadação da Receita pode-se constatar que os lançamentos e registros das receitas de Compensação Previdenciária estão em conformidade com os relatórios emitidos do Sistema DATAPREV e com os extratos bancários.

Através dos relatórios foi observado que o RGPS analisou e deliberou 26 processos no exercício de 2023 e constatado que o Instituto recebe fluxo mensal de 125 beneficiários e realizou o pagamento de referente a 02 beneficiários. O quadro abaixo demonstra os valores recebidos a título de COMPREV, contemplando os fluxos mensais e os fluxos acumulados:



Quadro 10

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	%
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	R\$ 1.885.000,00	R\$ 1.309.508,79	69,47%

#### 4.1.8 Parcelamento de Débitos Previdenciário

Observa-se que no período analisado o IPREVI não possui Termo de Parcelamento de Débitos Previdenciário vigente.

#### 4.1.9 Remuneração dos Investimentos

A arrecadação da receita de Remuneração dos Investimentos é decorrente dos investimentos dos recursos previdenciários no Mercado Financeiro. Ressalta-se que a partir do exercício de 2021 os resultados das aplicações dos recursos são contabilizados utilizando a metodologia da IPC 14 que consiste na contabilização da receita somente no momento do resgate.

Foi verificado que os lançamentos registrados no Relatório de Arrecadação da Receita condizem com os extratos bancários da Carteira de Investimento do Instituto.

O quadro abaixo demonstra a receita realizada no exercício de 2023:

Quadro 11

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	%
Remuneração dos Recursos do RPPS	R\$ 110.000,00	R\$ 2.472.629,54	2247,85%

A receita realizada já exercício de 2023 superou a estimada para todo o exercício, pois além dos resgates programados para pagamento das despesas previdenciárias, houve alguns resgates para realocação de investimento, a fim de obter um melhor retorno diante das perspectivas do mercado financeiro.

#### 4.1.10 Sentenças Judiciais

Nota-se através do Relatório de Arrecadação da Receita que houve registro de lançamentos de Contribuição oriunda de Sentenças Judiciais – Servidor Civil Ativo, cujas contribuições foram efetuadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme tabela a seguir:

Quadro 13

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	%
Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Ativo	R\$ 20.000,00	R\$ 153.945,98	769,73%

No entanto, não foi identificado lançamento de arrecadação da receita de Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais – Patronal Servidor Ativo.

#### 4.1.11 Outras Restituições

A receita denominada outras restituições consistem em algum pagamento realizado de forma imprópria, muitas vezes em virtude de resíduo/rescisão por falecimento de beneficiários. Essas receitas advêm da folha de pagamento dos proventos de aposentadoria e pensão e estão registrados adequadamente. A execução dessa receita ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 14

DESCRIÇÃO	RECEITA ORÇADA	RECEITA REALIZADA	%
Outras Restituições	R\$ 50.000,00	R\$ 55.263,59	110,53%

Conclui-se que ocorreu arrecadação de todas as receitas previdenciárias conforme especificado a seguir:

Quadro 15

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS					
DESCRIÇÃO DA RECEITA	METAS DE ARRECADAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS			
		FF	FP	TOTAL	%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR ATIVO CIVIL	R\$ 7.280.000,00	R\$ 2.678.161,23	R\$ 4.059.936,36	R\$ 6.738.097,59	92,56%
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES SERVIDOR	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 24.403,45	R\$ 24.403,45	48,81%
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR INATIVO CIVIL	R\$ 230.000,00	R\$ 232.588,44	R\$ 0,00	R\$ 232.588,44	101,13%
CONTRIBUIÇÃO PENSIONISTA CIVIL	R\$ 10.000,00	R\$ 4.939,64	R\$ 0,00	R\$ 4.939,64	49,40%
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR	R\$ 20.000,00	R\$ 88.522,26	R\$ 65.423,72	R\$ 153.945,98	769,73%
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS	R\$ 110.000,00	R\$ 219.065,61	R\$ 2.253.563,93	R\$ 2.472.629,54	2247,85%
OUTRAS RESTITUIÇÕES	R\$ 50.000,00	R\$ 38.722,42	R\$ 16.541,17	R\$ 55.263,59	110,53%
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS	R\$ 1.885.000,00	R\$ 1.295.534,74	R\$ 13.974,05	R\$ 1.309.508,79	69,47%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV. ATIVO CIVIL	R\$ 11.370.000,00	R\$ 4.214.027,40	R\$ 6.324.316,25	R\$ 10.538.343,65	92,69%
MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUIÇÕES PATRONAL	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 37.746,59	R\$ 37.746,59	47,18%
CONTRIBUIÇÃO SENTENÇAS JUDICIAIS - PATRONAL	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 21.125.000,00</b>	<b>R\$ 8.771.561,74</b>	<b>R\$ 12.795.905,52</b>	<b>R\$ 21.567.467,26</b>	<b>102,09%</b>
<b>%</b>	<b>100,00%</b>	<b>40,67%</b>	<b>59,33%</b>	<b>100,00%</b>	

#### 4.1.12 Valores recebidos a título de transferências financeiras para cobertura do déficit atuarial do Fundo Financeiro.

O Fundo Financeiro do IPREVI apresenta, desde julho de 2015, insuficiências financeiras, ou seja, as receitas arrecadadas mensalmente são inferiores às despesas com benefícios. Dessa forma, a Prefeitura Municipal de Viçosa - PMV, a Câmara Municipal de Viçosa – CMV e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE efetuaram, no exercício de 2023 transferências financeiras para cobertura do déficit do Fundo, correspondente à diferença entre as receitas e despesas realizadas a cada mês, cujo montante anual foi correspondente a R\$ 27.204.357,58.

O Instituto de Assistência ao Servidor-IMAS e o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa não apresentaram déficit financeiro, portanto, não participaram da transferência financeira para cobertura da insuficiência.

Quadro 16

<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>				
<b>Competência</b>	<b>ÓRGÃO</b>			
	<b>PMV</b>	<b>SAAE</b>	<b>CMV</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Referente 12/2022</b>	R\$ 1.685.840,85	R\$ 212.648,77	-	R\$1.898.489,62
<b>jan/23</b>	R\$ 1.324.399,36	R\$ 162.592,05	R\$ 11.142,79	R\$ 1.498.134,20
<b>fev/23</b>	R\$ 1.793.833,93	R\$ 209.101,04	R\$ 20.648,81	R\$ 2.023.583,78
<b>mar/23</b>	R\$ 1.784.163,58	R\$ 210.322,95	R\$ 20.934,24	R\$ 2.015.420,77
<b>abr/23</b>	R\$ 1.748.678,63	R\$ 212.626,02	R\$ 18.738,65	R\$ 1.980.043,30
<b>mai/23</b>	R\$ 1.596.209,97	R\$ 224.248,29	R\$ 20.520,05	R\$ 1.840.978,31
<b>jun/23</b>	R\$ 1.686.392,32	R\$ 149.398,72	R\$ 20.645,16	R\$ 1.856.436,00
<b>1ª parcela 13º</b>	R\$ 1.097.102,86	R\$ 175.881,36	R\$ 15.093,64	R\$ 1.288.077,86
<b>jul/23</b>	R\$ 1.816.040,12	R\$ 252.496,45	R\$ 20.645,16	R\$ 2.089.181,73
<b>ago/23</b>	R\$ 1.813.573,99	R\$ 250.763,77	R\$ 20.588,49	R\$ 2.084.926,25
<b>set/23</b>	R\$ 1.456.502,98	R\$ 147.354,30	R\$ 20.640,02	R\$ 1.624.497,30
<b>out/23</b>	R\$ 1.787.688,18	R\$ 248.250,87	R\$ 20.640,02	R\$ 2.056.579,07
<b>nov/23</b>	R\$ 1.708.048,14	R\$ 258.899,35	R\$ 20.615,18	R\$ 1.987.562,67
<b>2ª parcela 13º</b>	R\$ 1.100.865,70	R\$ 150.496,76	R\$ 15.093,63	R\$ 1.266.456,09
<b>dez/23</b>	R\$ 1.677.072,38	-	R\$ 16.918,05	R\$ 1.693.990,43
<b>Total</b>	<b>R\$24.076.412,99</b>	<b>RS 2.865.080,70</b>	<b>RS 262.863,89</b>	<b>RS 27.204.357,58</b>

#### 4.2 Despesas

Apresenta-se a seguir o acompanhamento mensal das despesas, onde pode ser observada que a despesa realizada totalizou R\$ 35.784.501,40 que corresponde 87,14% da despesa fixada para o período de R\$ 41.067.000,00.

Quadro 17

<b>ACOMPANHAMENTO MENSAL DAS DESPESAS</b>			
<b>MÊS</b>	<b>FIXADA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>%</b>
JANEIRO	R\$ 110.700,00	R\$ 1.282.877,27	1158,88
FEVEREIRO	R\$ 2.872.200,00	R\$ 2.664.426,31	92,77
MARÇO	R\$ 2.905.950,00	R\$ 2.786.406,00	95,89
ABRIL	R\$ 2.963.950,00	R\$ 2.848.663,16	96,11
MAIO	R\$ 3.065.175,00	R\$ 2.935.997,72	95,79
JUNHO	R\$ 3.128.325,00	R\$ 3.037.409,59	97,09
JULHO	R\$ 4.660.845,00	R\$ 4.182.833,40	89,74
AGOSTO	R\$ 3.121.345,00	R\$ 2.847.490,25	91,23
SETEMBRO	R\$ 3.196.170,00	R\$ 2.857.955,22	89,42
OUTUBRO	R\$ 3.292.770,00	R\$ 5.608.014,91	170,31
NOVEMBRO	R\$ 3.370.070,00	R\$ 351.220,66	10,42
DEZEMBRO	R\$ 8.379.500,00	R\$ 4.381.206,91	52,28
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 41.067.000,00</b>	<b>R\$ 35.784.501,40</b>	<b>87,14</b>

A Reserva do RPPS não é distribuída - valor R\$ 7.925.000,00

O quadro a seguir apresenta a especificação das despesas do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário:

Quadro 18

<b>ESPECIFICAÇÃO DAS DESPESAS</b>		
<b>FUNDO FINANCEIRO</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
APOSENTADORIAS	R\$ 28.172.909,81	78,73%
PENSÕES	R\$ 3.569.141,85	9,97%
SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 451,73	0,00%
DESPESAS EXERC. ANTERIORES	R\$ 34,84	0,00%
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 2.309,11	0,01%
PASEP	R\$ 630,52	0,00%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 31.745.477,86</b>	<b>88,71%</b>
<b>FUNDO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
APOSENTADORIAS	R\$ 1.440.672,47	4,03%
PENSÕES	R\$ 220.591,18	0,62%
SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 102,84	0,00%
DESPESAS EXERC. ANTERIORES	R\$ 45,31	0,00%
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 7.720,11	0,02%
PASEP	R\$ 21.089,28	0,06%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 1.690.221,19</b>	<b>4,72%</b>

#### 4.2.1 Despesas custeadas com a Taxa de Administração.

As despesas custeadas com a taxa de administração observaram a orientação do Ministério da Previdência que esclareceu que podem ser custeadas pela taxa de administração todas as despesas administrativas, ou seja, aquelas que representam os gastos para a gestão do RPPS, beneficiando todas as fases do seu objeto social, tais como as despesas com pessoal, utilidades e serviços, despesas gerais e taxas. No exercício de 2023 o gasto máximo poderia chegar a R\$2.579.484,95 e foi gasto efetivamente o valor de R\$ 2.348.802,35, que corresponde a 2,39%, incluindo as despesas com a reforma da sede do Instituto, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 19

<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
PASEP	R\$ 184.472,04	0,52%
CAPACITAÇÃO SERVIDORES	R\$ 108.278,04	0,30%
CAPACITAÇÃO CONSELHOS	R\$ 38.564,90	0,11%
PESSOAL	R\$ 832.136,18	2,33%
ESTAGIÁRIOS	R\$ 38.275,52	0,11%
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 48.683,54	0,14%
AUXÍLIO TRANSPORTE	R\$ 27.087,62	0,08%
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 28.764,18	0,08%
CONSULTORIA	R\$ 72.691,02	0,20%
OUTROS SERV. PF	R\$ 2.300,00	0,01%
OUTROS SERV. PJ	R\$ 134.603,89	0,38%
OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 591.502,57	1,65%
EQUIPAMENTOS	R\$ 68.155,35	0,19%
SERV. DE TEC. INFORM. E COM.	R\$ 120.810,88	0,34%
DESP. EXERC. ANTERIORES	R\$ 18.782,83	0,05%
SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 11.422,45	0,03%
DIVULGAÇÃO OFICIAL E INSTITUCIONAL	R\$ 7.491,34	0,02%
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 3.780,00	0,01%
PRÓ-GESTÃO	R\$ 11.000,00	0,03%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 2.348.802,35</b>	<b>6,56%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 35.784.501,40</b>	<b>100,00%</b>

## 4.2.2 Despesas com Pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a LRF, o gasto com pessoal do Município não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que o Poder Legislativo não poderá exceder a 6% e o Poder Executivo a 54%. Demonstrou-se no quadro abaixo os gastos com pessoal realizados os quais foram devidamente encaminhados à Prefeitura Municipal para consolidação.

Quadro 20

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000		
<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>VALORES</u>	<u>%</u>
Receita Corrente Líquida	R\$ 358.981.987,56	100,00
Limite dos Gastos com Pessoal - Executivo	R\$ 193.850.273,28	54,00
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>R\$ 26.395.373,76</b>	<b>7,35</b>

A tabela acima demonstra o montante de R\$ 26.395.373,76 com despesas de pessoal que corresponde a 7,35% da Receita Corrente Líquida do Município. Com isso pode ser constatado que o Instituto obedeceu ao limite máximo de 54% com despesas com pessoal não contrariando, portanto, o art. 20, inciso III, "b" da Lei nº 101/2000.

Ressalta-se, entretanto, que R\$ 25.560.980,25 se refere às despesas com aposentadorias e pensões do Fundo Financeiro empenhadas, liquidadas e pagas com Recursos do Tesouro. Esse procedimento se justifica uma vez que o Fundo em questão apresenta déficit financeiro mensal e não possui reservas financeiras, portanto, necessita de transferências para arcar com os pagamentos dos benefícios e R\$ 834.393,51 refere-se às despesas com o pessoal ativo do Instituto.

## 4.2.3 Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar.

O Controle Interno conferiu a composição dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2023, conforme observado abaixo:

## RESTOS A PAGAR

Tipo	Emp./Parc.	Credor	Situação	Vr. Total	Vr. Desc.	Vr. Líquido
Global	272 2802	PAULO AFONSO DE FREITAS 4790723160	Empenhado	700,00	0,00	700,00
Global	273 1802	ALIANÇAASSESSORIA E CONSULTORIAAT	Empenhado	3.990,00	0,00	3.990,00
Global	279 5802	KIT NET INFORMATICA LTDA	Empenhado	10.372,32	0,00	10.372,32
Global	279 6802	KIT NET INFORMATICA LTDA	Empenhado	2.160,92	0,00	2.160,92
Global	282 1802	ACADEMIA DE GESTAO PUBLICA	Empenhado	7.565,00	0,00	7.565,00
Global	283 1802	FAC LOCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SI	Empenhado	770,00	0,00	770,00
				<b>25.558,24</b>	<b>0,00</b>	<b>25.558,24</b>
Estimativo	15 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	10.081,64	2.546,43	7.535,21
Estimativo	16 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	46.069,36	13.005,55	33.063,81
Estimativo	17 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	28.419,59	7.940,15	20.479,44
Estimativo	18 15800	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	36.350,43	9.352,68	26.997,75
Estimativo	19 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	2.681,60	841,97	1.839,63
Estimativo	20 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	Liquidado	9.290,24	1.387,81	7.902,43
Estimativo	21 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES VITA	Liquidado	10.830,19	4.200,30	6.629,89
Estimativo	22 13801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	255.766,12	0,00	255.766,12
Estimativo	23 15801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	801.752,22	261.955,27	539.796,95
Estimativo	24 12801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	6.778,97	0,00	6.778,97
Estimativo	25 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	12.414,49	11.466,56	947,93
Estimativo	26 12801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	6.287,58	0,00	6.287,58
Estimativo	27 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	19.709,73	5.397,50	14.312,23
Estimativo	28 12801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	33.551,98	0,00	33.551,98
Estimativo	29 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	105.175,69	36.757,50	68.418,19
Estimativo	30 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	223.858,17	0,00	223.858,17
Estimativo	31 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	701.730,11	230.220,02	471.510,09
Estimativo	32 13801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	28.578,88	0,00	28.578,88
Estimativo	33 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	89.586,45	27.702,44	61.884,01
Estimativo	34 12801	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	Liquidado	3.242,18	0,00	3.242,18
Estimativo	35 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	Liquidado	10.163,30	1.211,60	8.951,70
Estimativo	36 12801	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	Liquidado	2.459,19	0,00	2.459,19
Estimativo	37 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES TEMP	Liquidado	4.503,56	884,59	3.618,97
Estimativo	38 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES VITA	Liquidado	65.556,84	0,00	65.556,84
Estimativo	39 14801	FOLHA DE PAGAMENTO DAS PENSÕES VITA	Liquidado	205.501,58	44.239,53	161.262,05
Estimativo	43 12802	CONDOMINIO EDIFICIO MERIDIEN CENTER	Liquidado	1.865,01	0,00	1.865,01
Estimativo	45 12802	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TE	Liquidado	171,50	0,00	171,50
Estimativo	48 12800	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	Liquidado	87,00	0,00	87,00
Estimativo	49 12801	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	Liquidado	19,82	0,00	19,82
Estimativo	50 12802	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	Liquidado	9.374,09	0,00	9.374,09
Global	76 12802	J&T CARTUCHOS E INFORMATICA LTDA.	Liquidado	840,00	0,00	840,00
Estimativo	80 10802	IMAS- INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSIST	Liquidado	1.440,24	0,00	1.440,24
Estimativo	80 11802	IMAS- INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSIST	Liquidado	1.499,33	0,00	1.499,33
Estimativo	81 14800	FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS	Liquidado	1.320,00	440,21	879,79
Estimativo	82 10802	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL SER	Liquidado	2.615,90	0,00	2.615,90
Estimativo	82 11802	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL SER	Liquidado	2.615,90	0,00	2.615,90
Estimativo	83 11802	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL SER	Liquidado	4.449,00	0,00	4.449,00
Estimativo	83 12802	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL SER	Liquidado	4.553,81	0,00	4.553,81
Estimativo	84 11802	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL SER	Liquidado	769,05	0,00	769,05
Estimativo	84 12802	INSTITUTO PREVIDENCIA MUNICIPAL SER	Liquidado	787,17	0,00	787,17
Estimativo	170 9802	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES	Liquidado	600,00	28,80	571,20
Estimativo	193 5802	INSTITUTO ZURIEL CAPACITAÇÃO E PUBL	Liquidado	3.398,00	0,00	3.398,00
Global	284 1802	NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTD	Liquidado	23.760,00	1.140,48	22.619,52
Ordinário	285 802	INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO	Liquidado	453,51	0,00	453,51
				<b>2.780.959,42</b>	<b>660.719,39</b>	<b>2.120.240,03</b>
<b>TOTAL GERAL:</b>				<b>2.806.517,66</b>	<b>660.719,39</b>	<b>2.145.798,27</b>

## RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tipo	Ano	Núm./Parc.	Credor	Situação	Vr. Total	Vr. Desc.	Vr. Líquido
Glob.	2021	176 3802	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Liquidado	42,50	0,00	42,50
Glob.	2021	177 3802	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Liquidado	42,50	0,00	42,50
Ord.	2021	339 802	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Liquidado	19,43	0,00	19,43
Ord.	2021	340 802	LIVRARIA E PAPELARIA NOBEL LTDA	Liquidado	19,42	0,00	19,42
	2021				<b>123,85</b>	<b>0,00</b>	<b>123,85</b>
<b>TOTAL GERAL:</b>					<b>123,85</b>	<b>0,00</b>	<b>123,85</b>
<b>TOTAL GERAL EM RESTO A PAGAR:</b>					<b>2.806.641,51</b>	<b>660.719,39</b>	<b>2.145.922,12</b>

### 4.3 Gestão de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem como objetivo elaborar e executar as decisões relativas à aplicação dos recursos garantidores, observada a Resolução do Conselho Monetário Nacional em

vigor e a Política de Investimentos do IPREVI-Viçosa e as disposições do Decreto Municipal nº 4.575/2012.

O Comitê de Investimentos é composto por três membros sendo dois servidores efetivos do Município indicados pelo Conselho Municipal de Previdência e um servidor efetivo do quadro do IPREVI, todos com grau de instrução de nível superior completo e **Capacitação Profissional em exame de Certificação** (CPA-10 ou exame equivalente), para um mandato de 3 (três) anos, admitida uma recondução. O Coordenador do Comitê de Investimentos do Instituto possui o CPA-10 ANBIMA e Certificado CP RPPS Dirig. II – Certificação dos Dirigentes da Unidade Gestora do RPPS-Nível Médio. Os demais membros possuem o CPA-10.

### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

#### Coordenador

Edivaldo Antônio da Silva Araújo – CPA-10 e CP RPPS Dirig. II

#### Membros

Clarice Pereira de Paiva Ribeiro – CPA-10

Lucimara Rodrigues da Silva Dias – CPA-10

Uanderson Antônio Alves Rodrigues – CPA-10

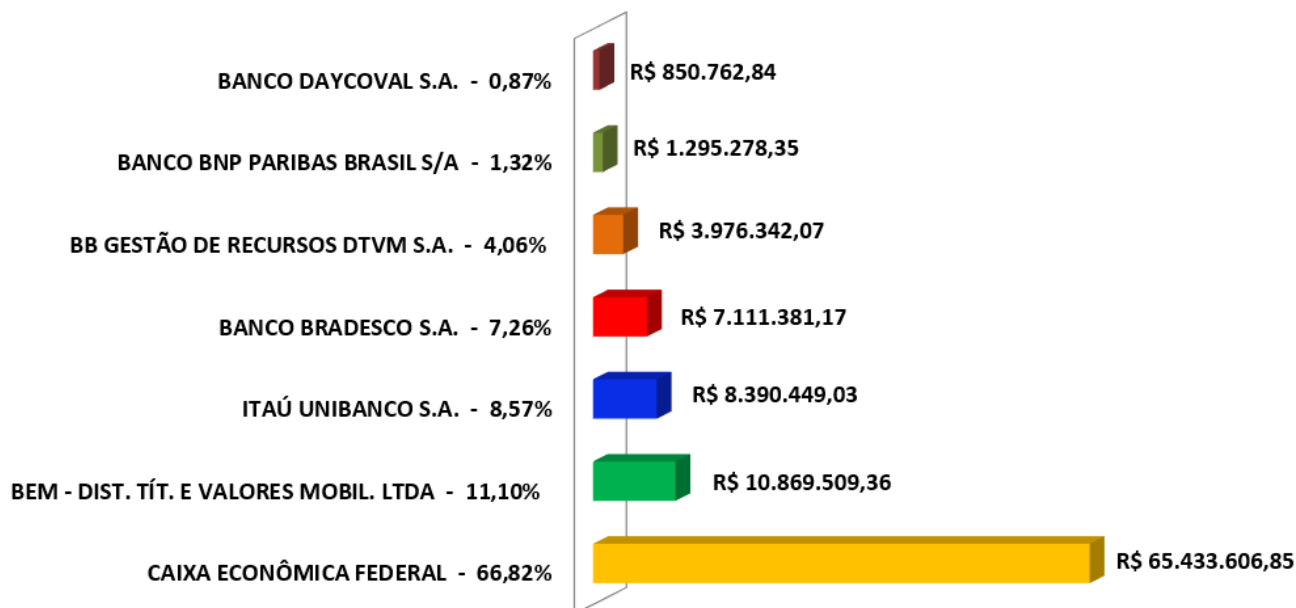
A Gestão de Investimentos se deu atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos RPPSs, em especial à Resolução CMN nº 4.963/2021, à Política de Investimentos do IPREVI pra o exercício 2023:

Quadro 21

Dezembro 2023			
	Saldo Atual	Total Retorno	% Total
<b>Patrimônio Acumulado</b>	R\$ 107.246.749,95	R\$ 13.482.292,83	100%
Distribuição Por Segmento da Resolução 4.963/2021			
Tipo	Saldo Atual	Total Retorno	% Total
<b>Renda Fixa</b>	R\$ 79.578.188,82	R\$ 928.409,45	73,42%
<b>Renda Variável</b>	R\$ 26.144.798,85	R\$ 1.410.017,67	25,13%
<b>Exterior</b>	R\$ 125.309,15	R\$ 3.486,74	0,12%
<b>Estruturado</b>	R\$ 1.398.463,13	R\$ 68.715,38	1,34%

A alocação da Carteira de investimentos do IPREVI por instituição financeira no exercício de 2023 foi composta conforme a seguir:

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS POR INSTITUIÇÃO



Observou-se que no exercício de 2023 a meta atuarial acumulada foi 9,69 % e o percentual de rendimento foi 14,62%, atingindo assim o percentual de 150,88 da meta estipulada. As informações foram extraídas do relatório de Investimentos do mês de dezembro de 2023, disponível no site do IPREVI.

Quadro 22

IPREVI Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa  
 Cliente: IPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE VICOSA  
 CNPJ: 05.665.754/0001-84

### Retorno acumulado no ano

Período	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno R\$	Retorno %	Meta	Atingimento
Janeiro	R\$ 83.996.874,11	R\$ 4.027.000,00	R\$ 2.635.741,96	R\$ 86.594.323,04	R\$ 1.206.190,89	1,3703%	0,9275	147,7412%
Fevereiro	R\$ 86.594.323,04	R\$ 2.170.244,65	R\$ 2.778.523,46	R\$ 85.650.496,29	-R\$ 335.547,94	-0,3780%	1,2387	-30,5175%
Março	R\$ 85.650.496,29	R\$ 4.768.905,00	R\$ 2.747.715,84	R\$ 88.288.301,68	R\$ 616.616,23	0,6820%	1,1082	61,5368%
Abril	R\$ 88.288.301,68	R\$ 4.486.713,50	R\$ 3.222.000,00	R\$ 90.551.800,09	R\$ 998.784,91	1,0766%	1,0078	106,8234%
Maior	R\$ 90.551.800,09	R\$ 1.698.000,00	R\$ 881.000,00	R\$ 93.084.884,79	R\$ 1.716.084,70	1,8603%	0,6263	297,0235%
Junho	R\$ 93.084.884,79	R\$ 4.383.000,00	R\$ 3.035.000,00	R\$ 96.938.101,61	R\$ 2.505.216,82	2,5703%	0,3151	815,7092%
Julho	R\$ 96.938.101,61	R\$ 2.035.299,55	R\$ 2.651.200,00	R\$ 97.843.283,83	R\$ 1.521.082,67	1,5369%	0,5159	297,8988%
Agosto	R\$ 97.843.283,83	R\$ 1.226.500,00	R\$ 577.300,00	R\$ 97.927.329,67	-R\$ 565.154,16	-0,5705%	0,6263	-91,0843%
Setembro	R\$ 97.927.329,67	R\$ 1.756.000,00	R\$ 670.250,00	R\$ 99.322.313,33	R\$ 309.233,66	0,3102%	0,6564	47,2602%
Outubro	R\$ 99.322.313,33	R\$ 7.056.700,00	R\$ 7.057.530,64	R\$ 98.790.954,97	-R\$ 530.527,72	-0,4987%	0,6363	-78,3773%
Novembro	R\$ 98.790.954,97	R\$ 2.604.400,00	R\$ 1.818.260,00	R\$ 103.206.778,50	R\$ 3.629.683,53	3,5797%	0,6765	529,1550%
Dezembro	R\$ 103.206.778,50	R\$ 2.361.136,50	R\$ 731.794,29	R\$ 107.246.749,95	R\$ 2.410.629,24	2,2835%	0,9576	238,4593%
<b>Total</b>		38,573,899,20	28,806,316,19		13,482,292,83	14,6272%	9,6944%	150,8824%

Meta x Atingimento

## 4.4 Conclusão

Observa-se que os procedimentos aplicados no processo de arrecadação das receitas estão em conformidade com o Manual de Arrecadação.

Diante de toda análise, recomenda-se à apuração dos valores devidos referentes à receita de Contribuição Oriunda de Sentenças Judiciais – Patronal Servidor Ativo e notificação ao Órgão competente para proceder o recolhimento.



## 5. CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS

Com o objetivo de verificação dos procedimentos aplicados na concessão e revisão dos benefícios do exercício de 2023 foi analisado se os procedimentos seguem o Manual de Atividades da Diretoria Previdenciária – Divisão Benefícios.

Os tipos de benefícios manualizados e de responsabilidade do Instituto são discriminados da seguinte maneira:

- Aposentadoria voluntária por idade;
- Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição;
- Aposentadoria Compulsória;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria Voluntária;
- Especial por Tempo de Contribuição;
- Pensão por Morte de Ativo ou Inativo e
- Revisão de Benefícios.

### 5.1 Documentações Exigidas

O Manual de Atividades da Diretoria Previdenciária – Divisão de Benefícios descreve a documentação necessária para cada tipo de benefício. No ato de requerimento o requerente é responsável pela entrega da documentação completa para que seja iniciado o andamento do processo. A documentação funcional do servidor é de responsabilidade de entrega dos departamentos de recursos humanos do ente de lotação do servidor. Cabe ressaltar que o IPREVI atende aos entes municipais: Prefeitura Municipal de Viçosa, Câmara Municipal de Viçosa, IMAS e SAAE. Os demais documentos são emitidos e/ou anexados pelo IPREVI, considerando as exigências da Instrução Normativa TCE/MG n.º 03/2011 e suas atualizações.

O Controle Interno verificou que os processos contêm todas as documentações necessárias e seguem a sequência e as exigências manualizadas. Ressalta-se que os fluxos dos andamentos e encaminhamentos são devidamente documentados, como, por exemplo, o encaminhamento ao ente de lotação da solicitação de documentos e do ato concessório, assim como, nos casos de necessidade de laudo médico para aposentadorias por invalidez, o encaminhamento para a perícia médica. Também consta nos processos o Parecer Jurídico, as certidões de publicação dos atos concessórios.

Durante o ano de 2023 foram concedidos os seguintes benefícios:

Quadro 23

Aposentados			
Portaria	Nome	Data Adm.	Tipo de Benefício
1º SEMESTRE			
005	Jose Cristovam de Paula	02/01/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
006	Ana Marli de Almeida Silva	02/01/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
007	Carlos Roberto Alves	02/01/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
008	Valdecir Xisto Medeiros	02/01/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
009	Alessandra de Jesus Pio Gregório	01/02/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
012	Sonia Maria Barbosa	01/02/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
013	Selma Aparecida Macedo Marques	01/02/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
014	Joana Darque Rodrigues	01/02/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
016	Margarida Aparecida Santos	01/02/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
022	Tania Maria Silva Pires Vieira	01/03/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
023	Maria Aparecida de Paula Mesquita	01/03/2023	Aposentadoria por Idade
024	Itamar Lopes Viana	07/02/2023	Aposentadoria por Invalidez
025	Maria da Consolação De Freitas	03/04/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
026	Marco Antônio Pinto	05/04/2023	Aposentadoria por Invalidez
027	Jose Francisco Teixeira	02/05/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
029	Jose Geraldo de Gouvea	01/06/2023	Aposentadoria por Idade
030	Joao Barbosa da Silva	01/06/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
031	Roseli Rodrigues Ramos	01/06/2023	Aposentadoria por Invalidez
032	Ronildo Teixeira Barroso	07/06/2023	Aposentadoria por Invalidez
2º SEMESTRE			
033	Claudia Silva Marota Dias Santos	03/07/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
034	Maria Brígida Lopes Cardoso	03/07/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
041	Helena Isabel da Silva Duarte	01/08/2023	Aposentadoria Por Idade
044	Iara Teles de Sá	01/09/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
045	Ricardo Edson de Oliveira	01/09/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
048	Rita de Cássia Torres	05/10/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
049	Luiz Ricardo de Oliveira	01/11/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
050	Marcílio Cobério Moreira	01/11/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
051	Maria Inês Vieira Gomes	01/11/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
052	Adir Pinto Nogueira	01/11/2023	Aposentadoria por Tempo de Contribuição
053	Angelita Maria de Freitas Soares	01/11/2023	Aposentadoria Por Tempo de Contribuição

Quadro 24

Pensionistas				
Portaria	Nome	Data dm.	Tipo de Benefício	Instituidor da Pensão
1º SEMESTRE				
021	Teresinha Jose Ferreira de Oliveira	18/02/2023	Pensão Vitalícia	4569-1 Joao Rodrigues de Oliveira
028	Lourdes Alves Vilela Coelho	17/05/2023	Pensão Vitalícia	70-1 Renato Ferreira Coelho
036	Antônia Teixeira Campos do Carmo	30/06/2023	Pensão Vitalícia	32-6 Jose Antônio do Carmo
037	Aparecida da Consolação Ferreira Alves	28/06/2023	Pensão Vitalícia	5052-1 Carlos Roberto Alves
2º SEMESTRE				
038	Estela Mendes Ambrósio	05/07/2023	Pensão Vitalícia	1723-1 Jose Agostinho Ambrósio
039	Maria Gorete Santos	09/07/2023	Pensão Vitalícia	57-1 Sebastiao Brazilino da Rocha
040	Lina da Aparecida Martins dos Santos	28/07/2023	Pensão Vitalícia	4709-1 Luiz Carlos dos Santos
040	Samira Martins dos Santos	28/07/2023	Pensão Temporária	4709-1 Luiz Carlos dos Santos
042	Divina Madalena Batista	01/08/2023	Pensão Vitalícia	2164-1 Jose Luciano
054	Eliane Marina Vilar Jacob	04/11/2023	Pensão Vitalícia	16-7 Vicente de Paulo Jacob

Em resumo temos, portanto, a concessão de um total de 39 (trinta e nove) benefícios concedidos no exercício de 2023, distribuídos da seguinte forma:

- 23 (vinte e três) processos de aposentadoria por tempo de contribuição;
- 03 (Dois) processos de aposentadoria por idade;
- 04 (Quatro) processos de aposentadoria por invalidez e
- 09 (Quatro) processos de pensão por morte.

## 5.2 Fiscap

Após a finalização do processo de concessão do benefício, o servidor do setor Previdenciário responsável pelo FISCAP, efetua o lançamento dos dados no sistema FISCAP-TCE/MG para auditoria e homologação. O recibo de lançamento é anexado nas pastas do servidor para que fique documentado como comprovante. As pastas dos processos ficam arquivadas separadamente enquanto aguardam a homologação. O servidor do setor Previdenciário responsável pelo FISCAP monitora o Diário Oficial para documentar o comprovante de homologação. Após homologação o processo é analisado e se é passível de Compensação Previdenciária é feito o requerimento no sistema COMPREV.

Dos 39 (trinta e nove) processos do exercício de 2023, 35 (trinta e cinco) foram homologados pelo TCE/MG e 04 (quatro) estão no arquivo temporário aguardando homologação, sendo 01 referente a benefício concedido em junho de 2023 e 03 referentes aos benefícios concedidos em novembro de 2023.

## 5.3 Revisão de Benefícios

O período analisado que correspondente ao ano de 2023 foram feitas 16 revisões de benefícios conforme discriminado abaixo:

Quadro 25

Mês	Servidor	Resumo
<b>1º Semestre</b>		
mar/23	Sônia Alice Maria	Ajuste da contribuição devida ao IPREVI
mar/23	Joel Rodrigues	Revisão do método de cálculo do provento correspondendo com o CID
abr/23	Maria Elizabeth Furtado	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
abr/23	Maria de Lourdes Pires de Carvalho	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
abr/23	Marco Aurélio do Carmo	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
abr/23	Lucimar Aparecida Caporalli Araújo	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
abr/23	Helena da Silva Alves	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
abr/23	Elizangela Gonzaga Pena Avelino	Revisão do método de cálculo do provento correspondendo com o CID
abr/23	Ana Regina Valente Pereira	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
abr/23	Ana Maria do Carmo Godinho	Adequação dos proventos à tabela salarial correspondente
mai/23	Norma do Carmo Lehner	Correção do valor dos proventos
jun/23	Ledice Poeta Casali	Revisão do valor dos proventos devido a acumulação de remunerações
<b>2º Semestre</b>		
out/23	Maria Lucia Lopes Leal	Cancelamento de Aposentadoria
out/23	Paulo Cesar Pio	Revisão de Pensão – Inclusão de dependente
nov/23	Jose Eduardo	Revisão de Aposentadoria – Fundamentação Legal
nov/23	Jurandir Anselmo	Revisão de Aposentadoria – Fundamentação Legal

As revisões são feitas a partir dos critérios manualizados e os servidores são notificados devidamente, assim como os setores responsáveis pela análise e devidos ajustes. Nas pastas dos servidores correspondentes são protocolados os documentos necessários para arquivo da revisão realizada, assim como, se for o caso, o arquivamento do relatório comprobatório do envio ao FISCAP para homologação do TCE/MG.

## **5.4 Comprevis**

Através das informações retiradas dos relatórios do Sistema BG de Compensação Previdenciária, foi observado que o Instituto possui 365 processos aguardando análise. Durante o exercício de 2023 o RGPS analisou e deliberou um total de 26 processos de aposentadoria e pensão, e constatado que o Instituto recebe fluxo mensal de Compensação de 125 beneficiários e realiza pagamento ao Regime Geral referente a 04 processos de Compensação. Além disso, o IPREVI analisou um processo de aposentadoria do Município de Coimbra-MG e foi deferido a Compensação Previdenciária, mantendo pagamento de fluxo mensal.

## **5.5 Recadastramento de Beneficiário (Prova de Vida)**

O Recadastramento do beneficiário ocorre durante o mês de seu aniversário. As orientações do Manual de Atividades estão sendo seguidas de maneira que um ofício/circular é enviado via Correios mensalmente aos beneficiários que deverão comparecer pessoalmente ao IPREVI para o devido recadastramento. Segue-se também as orientações quanto as documentações solicitadas pelo manual, que podem ser verificadas, protocoladas nas devidas pastas dos servidores, as cópias dos documentos junto com o comprovante de recadastramento.

Caso o ofício/circular retorne dos Correios notificando seu não envio, o contato é feito via telefone, caso este esteja atualizado. É também feito contato telefônico de todos

os beneficiários que estão com seu recadastramento pendente, ampliando o prazo estabelecido para o bloqueio. O não comparecimento faz com o que o benefício seja bloqueado até que o recadastramento seja feito.

No exercício de 2023 foram feitos 100% do recadastramento dos inativos pelos Auxiliares e Assistentes Administrativos do IPREVI. Todos geraram um comprovante que juntamente a cópia da documentação entregue pelo beneficiário devem ser protocolados na pasta dos devidos servidores. Observou-se que essa etapa do recadastramento do exercício de 2023 está em atraso.

Quanto ao recadastramento dos servidores ativos, a Câmara, o SAAE, o IMAS e o IPREVI realizaram o recadastramento de todos os seus servidores conforme ofício enviado a este Instituto, porém a Prefeitura só recadastrou aproximadamente o percentual de 15% dos seus servidores efetivos.

Em relação a esta ocorrência, em reunião realizada entre os dirigentes do Instituto e os dirigentes da PMV, para discussão da importância da atualização dos dados cadastrais dos servidores, foi acordado um prazo de 60 dias para realização do recadastramento de todos os servidores ativos da PMV.

## **5.6 Arquivamento**

O arquivamento principal dos processos de aposentadoria e pensão é o arquivo físico. Iniciou no ano de 2023 o uso do Sistema Eletrônico de Informação, o SEI, o que permite o arquivamento virtual dos processos que tramitam no IPREVI. Porém de forma virtual o arquivamento e tramitação só vem ocorrendo desde junho de 2023 em forma de teste, simultaneamente a tramitação e arquivamento físicos.

De acordo com a etapa da tramitação do processo existe uma organização para que o processo permaneça separado. Até a etapa de envio de informação ao FISCAP, as pastas dos processos ficam tramitando entre os agentes responsáveis. Após esse momento a pasta fica arquivada num arquivo específico para processos que aguardam homologação. Após a homologação, caso o processo seja cabível de compensação previdenciária, existe outro espaço físico para que a pasta seja arquivada. Caso não tenha compensação a pasta se integra ao arquivo principal onde ficam organizadas as pastas dos beneficiários ativos do Instituto.

## **5.7 Sistema SEI**

O Sistema Eletrônico de Informação (SEI) passou a ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Viçosa no ano de 2023. Além de tramitações poderem ser feitas virtualmente entre os órgãos municipais, o SEI permite que os arquivos fiquem salvos de forma eletrônica. O IPREVI tem, em complemento ao arquivo físico, incluído toda a documentação dos processos de aposentadoria e pensão no sistema, desde junho de 2023, contendo a integralidade de sua documentação. Além disso, o SEI passou a ser utilizado como forma mais ágil de comunicação e tramitação de documentos entre todas as Secretarias.

## **5.8 Conclusão**

Os andamentos previstos no Manual de Atividades da Diretoria Previdenciária – Divisão Benefícios estão sendo respeitados e devidamente registrados nos processos analisados do exercício de 2023, sendo possível perceber uma padronização dos processos e a atenção de registros documentais dos andamentos.

Sugere-se que o controle desses processos seja feito de forma unificada para que o acesso a dados seja facilitado, como por exemplo, manter uma tabela alimentada com os procedimentos do setor em cada mês.

Os procedimentos para concessão e revisão de benefícios continuam sendo feitos de maneira igual, respeitando os trâmites e padronização definidas em manual.

As concessões e revisões de benefícios continuam sendo enviadas ao FISCAP regularmente, sendo feito o acompanhamento e controle dos envios, homologações e respostas tempestivas às intimações pelo servidor responsável.

Quanto ao arquivamento dos mesmos, nota-se uma melhora do problema no arquivamento, porém, ainda não por completo.

O sistema SEI ainda tem sido utilizado como ferramenta de armazenamento do processo de concessão de aposentadorias e pensões, mas continua sendo uma segunda forma de arquivo e não a principal. Analisa-se a melhor forma de utilizar o sistema como arquivo principal, buscando a diminuição da utilização de papel.

O controle dos processos que tramitam neste setor continua sendo feito separadamente, com cada servidor sendo responsável pelos andamentos que lhe competem.

## **6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

### **6.1 Certificado de Regularidade Fiscal**

O CRP tem validade por 180 dias e é disponibilizado por meio eletrônico após o envio de todas as informações exigidas pela SPREV, o qual comprova a veracidade de que o Município está adimplente com o RPPS. A sua manutenção é de grande importância porque poderá vir a impedir o Município receber verbas voluntárias da União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais e pagamentos dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência – RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1.999.

O IPREVI manteve o CRP regular no ano de 2023 até a data de vencimento em 04/01/2024.

### **7. 6.2 Quantitativo de Segurados**

Os dados discriminados a seguir foram retirados do arquivo gerado no sistema do setor de concessão de benefícios e são correspondentes a todos os servidores da ativa, aposentados e

pensionistas, separados por Órgãos (PMV, CÂMARA, IMAS, SAAE e IPREVI). Este arquivo é analisado quanto a ocorrência de alguma inconsistência e logo após enviado ao Atuário para a elaboração da Avaliação Atuarial do Município.

Quadro 26

FUNDO FINANCEIRO			
Discriminação	Folha Mensal	Quantidade	Remuneração Média
Ativos	R\$ 1.457.286,36	354	R\$ 4.116,63
Aposentados	R\$ 2.309.859,64	537	R\$ 4.301,41
Pensionistas	R\$ 294.763,29	133	R\$ 2.216,27
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.061.909,29</b>	<b>1024</b>	<b>R\$ 3.966,71</b>
FUNDO PREVIDENCIÁRIO			
Discriminação	Folha Mensal	Quantidade	Remuneração Média
Ativos	R\$2.324.157,41	724	R\$3.210,16
Aposentados	R\$126.242,62	65	R\$1.942,19
Pensionistas	R\$20.120,43	14	R\$1.437,17
<b>TOTAL</b>	<b>R\$2.470.520,46</b>	<b>803</b>	<b>R\$3.076,61</b>

Fonte: Banco de Dados disponibilizados pelo IPREVI.

### 6.3 Pró-Gestão

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituído pela Portaria do MPS nº 185/2015 tem por objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. O programa possui 04 (quatro) níveis e contempla três dimensões, que representam os pilares sobre os quais a modernização da gestão se sustentará: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

O IPREVI aderiu ao Programa e no dias 25 e 26 de março de 2024 ocorreu a primeira auditoria de certificação no Nível 1 feita pelo Instituto TOTUM, entidade certificadora contratada via dispensa de licitação – menor preço.

A tabela abaixo mostra o registro da conformidade/evolução de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como o acompanhamento das providências adotadas pelo IPREVI para implementar as ações eventualmente não atendidas de acordo com o manual do Pró-Gestão, versão 3.4.

Quadro 27

Requisitos do Pró Gestão	Acompanhamento	Nível I	Providências adotadas pelo IPREVI para implementar as ações não atendidas.
<b>1. Ações relacionadas à dimensão: Controle Interno</b>			
1.1 Mapeamento das atividades das Áreas de Atuação do IPREVI	O IPREVI possui o mapeamento de processo Concessão de benefícios, Pensão por Morte, Revisão de aposentadoria, Revisão de Pensão Por Morte, Gestão de Folha aprovado em 10/02/2023 e Arrecadação aprovado em 26/09/2023.	Atendida	-----
1.2 Manualização das Atividades das Áreas de Atuação do IPREVI	O IPREVI possui os Manuais de processo Concessão de benefícios, Pensão por Morte, Revisão de aposentadoria, Revisão de Pensão Por Morte, Gestão de Folha e Arrecadação – 1ª edição em 2022.	Atendida	-----
1.3 Certificação dos Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Responsável pela Gestão das aplicações dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos.	Todos os dirigentes, responsável pela Gestão de Investimentos e membros do comitê de Investimentos possuem certificação Profissional. Os novos membros do Conselho Fiscal e Conselho Municipal de Previdência empossados em outubro de 2023 estão se preparando para certificar.	Atendida	Está em andamento a formalização de convênio com o Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa para um curso de preparação para a certificação dos Conselheiros.
1.4 Estrutura de Controle Interno	02 membros da comissão do Controle interno do IPREVI Possuem cursos de treinamento em Controle Interno. Os relatórios de Controle Interno passaram a ser semestrais no ano de 2023. Foi solicitado fazer uma revisão na estrutura do Relatório de Controle interno incluindo a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas para a certificação no Pró-gestão, bem como as providências adotadas pelo IPREVI para implementar as ações não atendidas.	Em andamento	Relatório do 2º semestre do Controle Interno concluído. Com as informações solicitadas.



1.5 Política de Segurança da Informação	O IPREVI possui Política de Segurança da Informação aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2021. Foi divulgada aos servidores, membros dos órgãos colegiados e prestadores de serviços e está disponibilizado no Site do IPREVI	Atendida	-----
1.6 Gestão e Controle da Base de dados Cadastrais dos Servidores Públicos, aposentados e pensionistas	Foram apresentadas evidências de recadastramento, porém o recadastramento dos servidores ativos do quadro da Prefeitura Municipal de Viçosa, não atingiu o percentual necessário exigido na certificação.	Em andamento	Quanto a esta ocorrência, em reunião no dia 26/03/ 2024 com os dirigentes de todos os Órgãos e com a presença do Atuário responsável pela Avaliação Atuarial do Instituto, foi frisado a importância do recadastramento para uma base sólida de dados cadastrais e foi acordado um prazo de 60 dias para que realizem o recadastramento total dos servidores ativos da PMV.

## 2. Áreas relacionadas a Governança Corporativa – Nível I

2.1 Relatório de Governança Corporativa	Foi solicitado inclusão descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos e publicação das atividades dos órgãos colegiados: reuniões e principais decisões do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.	Em andamento	O Relatório de Governança de 2023 está em fase de conclusão, incluído as informações solicitadas.
2.2 Planejamento	Foi solicitado efetuar a atualização da situação das ações previstas no plano de ação e definir metas quantitativas possibilitando o acompanhamento dos resultados pretendidos, com ênfase na área de benefícios.	Em andamento	O Plano de Ação de 2024 está sendo atualizado, incluindo as informações solicitadas.
2.3 Relatório de Gestão Atuarial	Os relatórios de Gestão Atuarial são emitidos anualmente e disponibilizados no site do IPREVI	Atendida	-----
2.4 Código de Ética	O IPREVI dispõe de Código de Ética, que está publicado no site e foi divulgado.	Atendida	-----

<p>2.5 Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor</p>	<p>São realizados exames médicos admissionais como requisitos para posse e entrada em exercício dos servidores aprovados em Concurso Público. O IPREVI possui contrato com clínica de saúde que realiza as perícias médicas para concessão de aposentadorias por invalidez e perícias anuais para revisão e verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão dos benefícios concedidos por invalidez, conforme art. 87 da Lei Municipal nº 1511/2002.</p>	<p><b>Não Atendida no quesito: ações educativas de prevenção de acidente de trabalho.</b></p>	<p>O Instituto Municipal de Assistência aos Servidores - IMAS, é uma autarquia municipal, regulamentada pelo Artigo 175 da Lei nº 810/1991 e pela Lei 1.512/2002 e tem como finalidade prestar assistência médica, hospitalar e odontológica aos servidores públicos do município de Viçosa e seus dependentes e promove várias campanhas como por exemplo, prevenção a Hipertensão e Diabetes, Câncer de Mama, Câncer de Próstata, Campanha do Sorriso Legal, etc. Porém, ainda não houve ações educativas de prevenção de acidente de trabalho.</p>
<p>2.6 Políticas de Investimentos</p>	<p>Foi solicitado disponibilizar no sistema STVI a Política de Investimentos de 2023 e 2024 assinadas, os 3 últimos relatórios mensais de investimentos com o parecer de aprovação do comitê de investimentos e aprovação do conselho fiscal, assim como o último relatório anual de investimentos com o parecer do comitê de investimentos e aprovação do conselho fiscal, contendo a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e a composição da carteira de imóveis.</p>	<p><b>Em andamento</b></p>	<p>A política de Investimentos do IPREVI é anualmente aprovada pelo Conselho Deliberativo e publicadas no Site. Site do IPREVI atualizado com as informações solicitadas.</p>
<p>2.7 Comitê de Investimentos</p>	<p>Evidenciado o Decreto 4.575-2012 - Comitê de Investimentos, constituindo o Comitê de Investimentos, nomeando 4 servidores do IPREV e definindo o Regimento Interno do Comitê de Investimentos.</p>	<p><b>Ação Atendida</b></p>	<p>-----</p>
<p>2.8 Transparência</p>	<p>Foi solicitado disponibilizar no site as informações sobre: Federal – Falta CND Relatórios mensais de setembro/outubro/novembro Relatório de investimentos anual de dez/23</p>	<p><b>Ação Atendida</b></p>	<p>Site Atualizado</p>

2.9 Definição do Limite de Alçadas	Foi Evidenciado a Instrução Normativa nº 01 de 04/04/22 estabelecendo os limites de alçadas exemplos de documentos assinados pelos responsáveis.	Ação Atendida	-----
2.10 Segregação das Atividades	As atividades de concessão de Benefícios são segregadas das atividades da Folha de pagamento conforme o Manual.	Ação Atendida	-----
2.11 Ouvidoria	O IPREVI não Possui Ouvidoria	Ação não Atendida	O IPREVI está em processo de licitação para contratação de empresa especializada em Site que contém o serviço de Ouvidoria.
2.12 Diretoria Executiva	Todos os membros da Diretoria executiva possuem Certificação Profissional, nível superior de ensino e experiência de 02 anos. Todos possuem certidões negativas e declarações de nada consta	Ação Atendida	-----
2.13 Conselho Fiscal	LEI Nº 1888/2008 - Dispõe sobre o Conselho Fiscal do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Viçosa - IPREVI. Regimento Interno e ata de aprovação de suas atribuições disponível no site do IPREVI Todos possuem certidões negativas e declarações de nada consta.	Ação Atendida	-----
2.14 Conselho Deliberativo	LEI Nº 1511/2002 - dispõe sobre o regime próprio de previdência social dos servidores do município de viçosa, minas gerais, cria a entidade de previdência e dá outras providências. Apresentado Regimento Interno do Conselho Municipal de Previdência. Todos apresentaram declarações e certidões negativas.	Ação Atendida	-----
2.15 Mandato, Representação e recondução	Artigos 139, 140 e 146 que dispõe sobre a diretoria executiva e conselho municipal de previdência da Lei 1511/2002 e Lei 1888/2008 que dispõe sobre Conselho Fiscal.	Ação Atendida	-----

2.16 Gestão de Pessoas	LEI Nº 2301/2013 - Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras, o quadro de Pessoal e os Padrões de Vencimentos dos Servidores Públicos do Instituto de Previdência Municipal de Viçosa - IPREVI, e dá outras providências.	Ação Atendida	-----
------------------------------	--	------------------	-------

### 3 . Ações relacionadas à dimensão: Educação Previdenciária

3.1 Plano de Ação de Capacitação	Foi solicitado disponibilizar evidências de formação básica em RPPS para todos os servidores, evidências de treinamento dos servidores que atuem na área de concessão de benefícios sobre as regras de aposentadorias e pensão por morte, o Plano de Capacitação de 2023 atualizado com os treinamentos previstos x realizados.	Em andamento	O plano de ação está sendo atualizado incluindo as informações solicitadas
3.2 Ações de Diálogo com os Segurados e a Sociedade	Foi solicitado disponibilizar no sistema STVI a cartilha previdenciária e a apresentação utilizada na audiência pública em 2023, com o assunto sobre Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.	Em andamento	Em 2023 o IPREVI realizou audiência pública de prestação de contas, juntamente com os outros órgãos (Câmara, Imas, Saae e PMV). Porém faltou uma apresentação mais detalhada do relatório de Governança. Foi agendado uma audiência pública, incluindo todos esses assuntos, detalhadamente.

Conforme relatado na tabela acima, encontra-se em andamento a adequação dos procedimentos internos visando ao atendimento dos requisitos necessários para Certificação de Nível I do Pró-Gestão, bem como o aprimoramento das boas práticas Gestão Previdenciária.

Viçosa, 04 de abril de 2024.

Comissão de Controle Interno – IPREVI

Cássia Maria Lopes Salgado

Dênio José Viana

Sebastião Adilson Franco